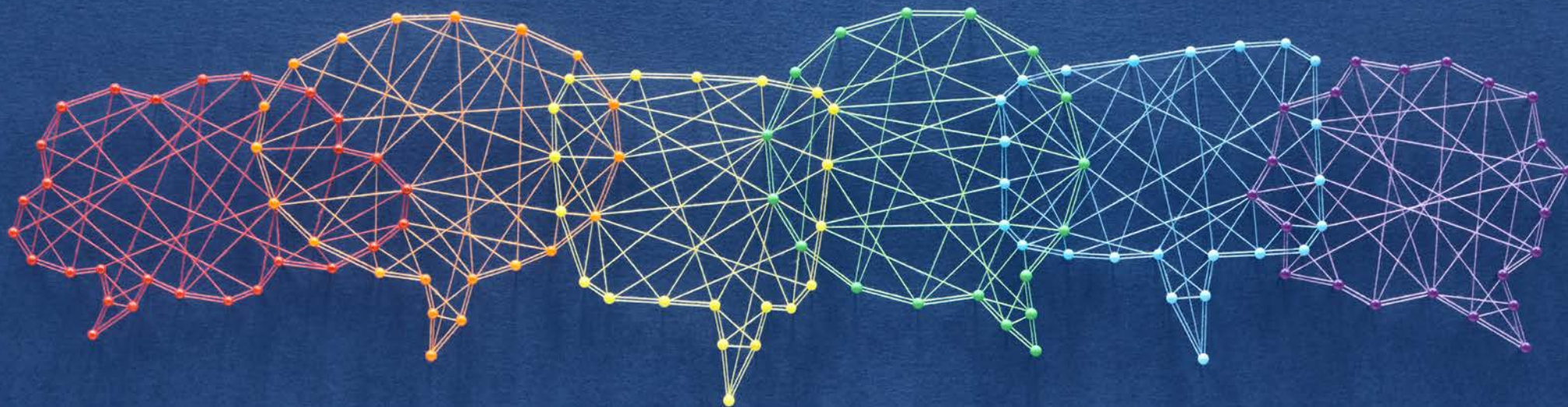


AGENDA DE PORTUGAL NA EUROPA



O que os partidos propõem ?

Estudo Comparativo dos programas eleitorais dos partidos políticos portugueses que elegeram Deputados ao Parlamento Europeu

NOTA INTRODUTÓRIA

Portugal elegeu, em 9 de Junho de 2024, 21 Deputados ao Parlamento Europeu, de seis diferentes partidos políticos ou coligações, a saber: Partido Socialista (PS), Aliança Democrática (AD, que junta PSD e CDS-PP), Chega (CH), Iniciativa Liberal (IL), Bloco de Esquerda (BE) e Coligação Democrática Unitária (CDU, que junta PCP e Verdes). No início da 10ª legislatura do Parlamento Europeu, **a Nossa Europa entende ser fundamental informar os portugueses sobre as principais propostas dos partidos e coligações nas áreas que mais são valorizadas pelos cidadãos.**

Neste estudo comparativo, **a Nossa Europa seleccionou dez capítulos que correspondem às dez principais preocupações dos cidadãos portugueses**, tomando os últimos estudos de opinião “Eurobarómetro” como referência.

Este exercício pretende aproximar eleitos e eleitores, através da clarificação dos compromissos políticos assumidos nas eleições para o exercício do mandato que agora se inicia.

1. APOIO À ECONOMIA REAL, PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE E CRIAÇÃO DE EMPREGO

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- O PS aponta como uma das 9 missões para a UE a criação de “uma UE mais próspera e competitiva”. Faz uma avaliação positiva do impacto do Mercado Interno, mas aponta falta de competitividade, sobretudo comparando com “outras regiões do mundo altamente inovadoras e tecnologicamente avançadas”.
- Defende um fortalecimento da economia real através do “aproveitamento dos relatórios Draghi e Letta sobre a competitividade e o mercado interno da UE, respetivamente. Refere expressamente a “Liberdade de Permanecer” e a importância de evitar a deslocalização de grandes indústrias europeias.
- Pretende completar a União dos Mercados de Capitais e a União Bancária, designadamente através da aprovação do terceiro pilar desta: o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos.
- Defende uma agenda europeia para os oceanos, para apoiar a economia azul, bem como o conceito de Autonomia Estratégica Aberta.
- Defende um combate mais eficaz à fraude e evasão fiscais e mais tributação de grandes multinacionais.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- A AD aponta a “Europa que Cresce” como um dos seus objetivos estratégicos. Neste contexto, refere o reforço da competitividade como eixo central, sobretudo através de uma agenda de “Legislar Menos, Legislar Melhor”, no sentido de uma redução drástica da burocracia para as empresas. Refere também o esforço para o alívio fiscal e apoios concretos às Pequenas e Médias Empresas (PME).
- Defende uma Estratégia para a Competitividade da Europa, focada no apoio às PME. Neste âmbito, defende a criação de um portfolio próprio para as PME e a redução da burocracia na Comissão Europeia, o estabelecimento de uma avaliação de competitividade para cada iniciativa legislativa e a implementação da regra “1 Entrada, 2 Saídas” no contexto legislativo (por cada nova iniciativa, a revogação de duas leis europeias).
- Propõe um Plano de Investimento para Empregos Europeus de Qualidade, determinando como meta os 4% do PIB em investimento em Investigação e Desenvolvimento.
- Defende a criação de uma Agência Europeia para o Turismo.
- Apoia a União dos Mercados de Capitais como forma de atrair investimento e criar empregos; bem como defende a aprovação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos para completar a União Bancária.

CHEGA (CH)

- O CH dedica a medida 23, no contexto do capítulo da “Economia e Juventude”, às principais propostas económicas, que passam essencialmente pela promoção do crescimento económico, o desagravamento substancial da carga fiscal, a recuperação e estímulo do investimento público e privado e o estabelecimento da contribuição de solidariedade temporária sobre o setor bancário, com as receitas a reverterem para políticas de apoio à habitação.
- O CH faz um diagnóstico negativo do crescimento da economia portuguesa no contexto europeu, que apelida de “mediocre” e defende o princípio da soberania económica, reconhecendo mais-valia na cooperação entre Estados-Membros.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL defende o princípio da Liberdade Económica e, como tal, apresenta o crescimento económico como prioridade política, assente em políticas de promoção do combate à burocracia, redução da carga regulatória e garantia de condições de competição fiscal entre Estados e regiões. Rejeita, no plano fiscal, a criação de impostos europeus e, pelo contrário, defende o alívio e simplificação fiscais.
- Defende uma lógica de dinamismo empresarial focada nas PME e políticas liberais de controlo de inflação e do aumento do custo de vida.
- Defende o conceito de autonomia estratégia aberta em fornecimentos críticos, no contexto da defesa de uma relação da UE com o mundo baseada na livre concorrência e na competitividade da União.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- O BE defende o reforço do investimento para financiamento da transição justa. Propõe, para o efeito, avançar no imposto sobre as multinacionais e lançar o imposto sobre transações financeiras; criar um mecanismo de controlo dos “lucros vindos do céu”; e criminalizar o recurso a offshores por cidadãos e empresas europeias.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- A CDU avalia negativamente o impacto da integração europeia em matéria económica, nomeadamente a instituição do Mercado Interno, cuja dissolução a prazo propõe. A CDU refere que a União e os princípios do Mercado Único são contrários ao interesse nacional. A CDU defende o controlo nacional / estatal dos meios de produção e refere que devem ser eliminados os limites à nacionalização de setores estratégicos, como forma de combater a concentração de capital.
- A CDU propõe a dissolução da União Económica e Monetária, a possibilidade de saída do Euro (que defende para Portugal) e a revisão dos Estatutos do Banco Central Europeu, tornando-o instrumento de política monetária controlada pelos Estados, em condições de igualdade, à imagem do que defende para os bancos centrais nacionais.
- A CDU rejeita a criação de novos recursos próprios, mas defende a instituição transnacionais de impostos sobre transações financeiras.

2. MAIS EUROPA NA SAÚDE?

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Tendo a UE social como uma das suas nove missões, para que “ninguém fique para trás”, o PS preconiza o prosseguimento do caminho de reforço das políticas europeias de saúde, “como sublinhado pelos cidadãos europeus durante a Conferência sobre o Futuro da Europa, caminho iniciado durante a pandemia”.
- O domínio da saúde é indiscutivelmente um daqueles em que o ideal de solidariedade expresso pelo PS no seu programa, “desde logo, solidariedade entre as pessoas e, em especial, para com os mais vulneráveis, aqueles que mais necessitam ou se encontram numa situação de fragilidade” (em missão dois), mais se impõe.
- No plano das políticas públicas europeias em concreto, e perante a pressão sobre os sistemas de saúde que ocorreu naquele período, a Comissão europeia lançou mão de um conjunto de soluções engenhosas e inovadoras para apoiar os países e cidadãos europeus refere-se. É a continuação desse caminho que o PS pretende, para capacitar “a UE para a responder em conjunto aos principais desafios de saúde pública”. No programa do PS, a palavra saúde é referida quatro vezes.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Pôr a saúde no topo da agenda política europeia é o objetivo que a AD aponta para a ação dos seus deputados europeus neste domínio. O bem-estar de cada cidadão deve estar no centro das ações da UE, e é dado como exemplo o Plano Europeu de Combate ao Cancro, concretizado na última legislatura europeia.
- A AD sublinha que a saúde é “matéria da competência dos estados-membros”, mas as doenças não conhecem fronteiras, afirma, como se percebeu durante a pandemia de COVID19. Cuidados de saúde acessíveis e redução das desigualdades é o mote, com um significativo conjunto de medidas: “Reforçar uma verdadeira União Europeia da Saúde”; melhorando a resiliência dos sistemas de saúde; “Diversificar as cadeias de abastecimento (...)”; “Criar condições para que a investigação médica e a inovação farmacêutica europeia sejam líderes mundiais, promovendo a partilha anonimizada de dados e a colaboração médica (...)”; “Incentivar programas que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas (...)”; “Contribuir para assegurar um plano europeu de saúde mental que enfrente os desafios de saúde mental (...)”; “Reforçar a estratégia europeia de luta contra as dependências, (...) químicas, comportamentais ou tecnológicas”; “Promover a Europa o centro de inovação mundial no setor da saúde (...)”. A palavra saúde surge 15 vezes no programa.

CHEGA (CH)

- O programa do CH não refere as políticas de saúde europeias, salvo uma referência episódica ao setor da saúde quando menciona as “dúvidas sobre os contratos das vacinas contra a Covid-19” a propósito da corrupção, assunto mais tarde desenvolvido. A explicação para esta ausência pode decorrer da posição do CH a propósito de políticas que consideram não dever caber na esfera de competências da EU, mas pode também ser um simples esquecimento, já que noutros casos em que isso acontece o CH aproveita para advogar a extinção ou a alteração de competências. Quatro vezes é usada a palavra saúde, todas episódicas ou críticas.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL, ambicionando uma Europa “onde os sistemas sociais são sustentáveis”, quer uma Europa, onde (particularizando) “Trabalhamos a saúde, em particular a saúde mental, dando especial prioridade à dos jovens”. Numa Europa liberal, que cresça e de onde Portugal pode também ser ajudado a crescer, como refere o programa da IL, não se encontram mais referências a políticas de saúde europeias. A palavra saúde surge duas vezes (na frase acima transcrita).

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- Direitos sociais numa “Europa de Direitos Humanos” requerem um Pilar Europeu dos Direitos Sociais mais consequente, defende o BE. Prosseguindo nos direitos fundamentais, a propósito da Carta dos Direitos Fundamentais na EU, o BE refere nomeadamente “direitos de acesso a serviços públicos essenciais de forma universal e gratuita”, e ainda, incidentalmente, à saúde mental. Nada se diz sobre políticas europeias de saúde pública, ou qualquer outra referência mais estruturada. Usada quatro vezes no programa, a frase programática “um Estado Social universal, com uma renovada legitimidade democrática e que garanta as respostas na saúde, educação, habitação e cuidados” é um exemplo dessa utilização.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Com forte ênfase na rutura, a CDU pretende “romper com a degradação e mercantilização das funções sociais do Estado e dos serviços públicos, nomeadamente na saúde”. Programa altamente programático e proclamatório, no capítulo sobre os compromissos dos deputados do PCP (sic) no Parlamento Europeu refere a “proteção social, incluindo nas situações de doença” e defende a “Salvaguarda do carácter público e universal dos serviços de saúde, rejeitando e revertendo qualquer passo no sentido da sua privatização, garantindo o direito de todos à saúde, independentemente da sua condição económica”. Em termos europeus, preconiza a “Cooperação entre os serviços nacionais de saúde, com garantia da sua natureza pública, universal e gratuita; apoio à cooperação no combate a doenças, envolvendo os serviços públicos de saúde e de investigação e desenvolvimento”. Trata-se de um vasto programa, que enfatiza a soberania nacional, numa Europa intergovernamental de Estados-nação. Dez vezes surge a palavra saúde no programa da CDU.

3. COMBATER A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL: MISSÃO EUROPEIA? COMO CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES?

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Colocando o ideal de solidariedade entre as pessoas, em especial para com os mais vulneráveis, como prioridade, não espanta que o programa do PS incida fortemente sobre políticas de coesão. Uma UE social não deixa ninguém para trás, titula a missão quatro, a qual preconiza o reforço dos “mecanismos europeus de combate à pobreza, em especial a pobreza infantil (...) e entre a população trabalhadora, combatendo a disparidade salarial (...) e ajudando os mais necessitados a fazer face ao aumento do custo de vida”.
- Defende ainda “a criação de Programas de Inclusão Social de pessoas em situação de sem-abrigo”.
- Criar um complemento europeu ao subsídio de desemprego, requalificar trabalhadores e desempregados, reforçar o Pilar dos Direitos Sociais, são outras medidas que caracterizam e ilustram o forte pendor social e o objetivo da igualdade de oportunidades do programa socialista. A palavra pobreza é utilizada no texto por cinco vezes e precariedade uma.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Numa Europa que protege a dignidade da pessoa humana, que cresce porque acredita nas pessoas e que cuida (mote de três dos capítulos do programa da AD), “os cidadãos têm os seus direitos protegidos”, havendo um equilíbrio entre os interesses sociais e as regras de mercado.
- Defende “a igualdade de oportunidades para todos”, com particular atenção para as mulheres no mercado de trabalho. Várias medidas espalhadas pelo programa dirigem-se às situações de exclusão como missão europeia: é o caso dos sem abrigo, dos cuidados sociais aos idosos, da melhoria dos serviços públicos relacionados com a família e a infância, da luta contra o trabalho precário, e, de forma explícita, do direito à habitação (a consagrar na Carta dos Direitos Fundamentais da EU) “como forma de assegurar o exercício efetivo do direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social”.
- No capítulo “A Europa que sente”, a AD propõe medidas de igualdade plena e combate à discriminação, destacando os cidadãos com deficiência, cuja exclusão social deve ser combatida. Apesar disso, a palavra pobreza (ou empobrecimento) só é utilizada expressamente duas vezes no programa.

CHEGA (CH)

- Numa Europa das Nações, a imigração ilegal surge como a primeira preocupação no programa do Chega, sendo esse também um aspeto relevante para promover a melhoria da economia portuguesa, cujo crescimento tem sido medíocre, considera. E é o crescimento económica o segredo para combater “o empobrecimento generalizado da população portuguesa”, o aumento da pobreza e o empobrecimento das classes médias, bem como o aumento nocivo da emigração de jovens de elevadas qualificações. Não há no programa do CH mais referência explícitas à exclusão social nem até que ponto essa deve ser uma função das políticas europeias, o que não espanta, considerando a natureza da ideologia subjacente. As palavras pobreza e empobrecimento são usadas por cinco vezes.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- Sob o signo da liberdade, o programa da IL põe a par a liberdade económica, em que “todos podem livremente desenvolver os seus talentos, e gozar o fruto do seu trabalho” com a liberdade social, a qual determina que “todos têm iguais direitos, liberdades, garantias e responsabilidades, e devem poder exercê-los sem serem discriminados com base nas características que escolhem e não escolhem ter”.
- O programa assenta no crescimento económico, com base na “descomplicação”, que inclui menos burocracia, a proteção da iniciativa privada e a diminuição dos impostos, afirmando a IL ambicionar uma Europa de bem-estar, com sistemas sociais sustentáveis e que faça face aos desafios da demografia.
- A respeito da pobreza, num contexto de dinamismo social e de promoção da iniciativa privada, preconiza-se o seu combate como medida de justiça social, e de proporcionar a todos os benefícios de uma sociedade livre, e de combate aos extremismos. A resposta para o desequilíbrio em matéria de igualdade de oportunidades parece assim ser, para a IL, o mercado livre e a aposta na iniciativa privada. A palavra pobreza surge apenas uma vez.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- A liberalização surge, nas propostas do BE, como um dos principais responsáveis pelas injustiças que assolam a UE e o planeta em geral. “A era do consenso liberal é também a do desenvolvimento medíocre, da redução da parte do trabalho no rendimento e do aumento das desigualdades”. E a coesão europeia deve basear-se num Estado Social forte, como instrumento de combate às desigualdades.
- O acordo recente sobre a governação económica da UE – no âmbito do pacto de estabilidade e crescimento – é rejeitado de forma veemente. E as instituições europeias, a ambição do Pilar Europeu dos Direitos Fundamentais, as relações internacionais, estiolaram e não contribuíram para reforçar a “linha consistente de propostas para combater a precariedade, falso trabalho independente e outras formas de exploração”.
- A própria Carta dos Direitos Fundamentais deve ser atualizada, de forma a que os direitos nela consignados concorram efetivamente para combater várias formas de exploração. O programa, contudo, não refere uma única vez a palavra “pobreza”, usando a palavra precariedade duas vezes.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Para a CDU, a partilha de soberania como conceito central da integração europeia é uma mistificação. Ela contribui para “a degradação e mercantilização das funções sociais do Estado e dos serviços públicos”, reduz os direitos sociais e laborais e nivela por baixo as condições de vida e de trabalho. Aumentam as desigualdades e a injustiça social.
- Uma Europa de cooperação, ao serviço dos povos, deverá substituir a iníqua integração capitalista que contribui para os antagonismos sociais, entre capital e trabalho, os quais atravessam a sociedade europeia.
- No plano das medidas, no capítulo VIII do seu programa, a CDU pretende a elaboração de um pacto de progresso social e pelo emprego que permita combater efetivamente o desemprego, o subemprego e a precariedade laboral, “visando a sua erradicação”. É através da reforma profunda da integração europeia, no referido sentido da devolução da soberania aos Estados, que a CDU propõe elevar as condições de vida e de trabalho, dando prioridade aos direitos sociais e laborais sobre a “livre concorrência” regra de funcionamento do mercado único.

3. COMBATER A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL: MISSÃO EUROPEIA? COMO CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES?

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

CHEGA (CH)

INICIATIVA LIBERAL (IL)

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Mais pela negativa do que pela positiva, o programa preconiza a “rejeição das políticas e normas (europeias) que colidam com o direito e o dever dos Estados de promover o desenvolvimento socioeconómico”.
- Quanto à pobreza e exclusão social propriamente dita, devem ser prioridade, incluindo a instituição de um rendimento mínimo. As pessoas com deficiência devem beneficiar de igualdade de oportunidades, de reabilitação e pensões dignas.
- O reforço do orçamento europeu, que a CDU defende, deve ter uma efetiva função redistributiva, contribuindo para o desenvolvimento de cada país, nomeadamente em matéria da luta contra a pobreza e exclusão social. O programa tem 113 medidas concretas ou programáticas, algumas meramente proclamatórias, muitas subdivididas, sempre como a tónica da recusa das políticas europeias enquanto tal. A palavra pobreza é evocada cinco vezes, empobrecida uma e precariedade duas.

4. POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA: UMA PRIORIDADE DE SEMPRE, UMA URGÊNCIA RECENTE

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Afirmando-se totalmente a favor da Ucrânia, o PS dedica a última das suas nove missões ao designio de “Uma UE mais forte no mundo”. E aí caracteriza a noção de urgência associada à necessidade de uma União mais forte, que se assuma como uma potência global, capaz de afirmar o primado da diplomacia “ao mesmo tempo que se reforça em matéria de segurança e defesa”.
- Já na missão sete, em que preconiza uma UE mais autónoma no plano estratégico, reindustrializada, a propósito da segurança interna, o PS defende o reforço dos mecanismos europeus de cooperação policial e judiciária.
- As medidas propostas para tornar a UE mais forte no mundo no que respeita à defesa e segurança são: afirmar a UE como um ator geopolítico global, defensor e promotor do multilateralismo e de uma ordem internacional assente em regras; continuar a apoiar a Ucrânia, e a condenar a Rússia, sustentar que a UE assumira maior responsabilidade pela sua própria defesa, em articulação com a NATO como o seu pilar, reforçar a política comum de segurança e defesa, alinhada com a bússola estratégica da UE, apoiar o desenvolvimento do programa e da estratégia para a indústria europeia de defesa, promovendo uma forte base industrial e tecnológica de defesa europeia. A palavra guerra, tal como no caso da AD, é referida seis vezes.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Uma Europa forte no mundo, título da introdução ao programa da AD, é uma Europa que garante a segurança dos europeus. Logo na introdução, o programa diz ao que vem: “A AD e a sua família política europeia estão e continuarão a estar inequivocamente ao lado da Ucrânia, condenando a invasão ilegal, injustificada e ilegítima e os falsos pacifismos que exporiam a União ao arbítrio do Kremlin”. Destaca a importância da política comum de segurança e defesa, num mundo com cada vez maiores ameaças transnacionais de natureza híbrida. A UE tem de se robustecer para enfrentar esses desafios, tendo a NATO como referência.
- A Europa que protege, mote do programa, começa nas questões de segurança e defesa, sendo dissecada a ação da União relativamente à guerra no continente. A NATO tem um papel relevante, destacando-se a necessidade de um maior investimento europeu na sua defesa, com equilíbrio da partilha de encargos no seio da Aliança. E isto porque “A UE deve contribuir, na medida justa, para reforçar as respetivas capacidades de defesa e de proteção dos seus cidadãos”. São 24 as medidas concretas propostas neste domínio. A título de exemplo: manutenção de apoio económico e militar à Ucrânia, reforço da NATO, desenvolvimento das capacidades tecnológicas de Defesa, criação de um mercado único para a defesa,

CHEGA (CH)

- Utilizando sete vezes a palavra guerra, o CH começa por lembrar que “a Europa e o mundo ocidental enfrentam as mais sérias ameaças, internas e externas, desde a Segunda Guerra Mundial”. Mudanças sistémicas que, a par de uma Europa em retrocesso, com uma UE “crescentemente tomada por uma restrita oligarquia de burocratas”, enfraquecem o papel do continente europeu no mundo. Uma das ameaças existenciais é, para o CH, aquilo a que chama crise dos migrantes, a que dedica uma parte inteira do seu programa (a 2ª) na qual, entre outras coisas, propõe “o reforço significativo das capacidades da Frontex e a sua transferência para Portugal”, porque o fluxo migratório não atinge os 27 estados-membros da mesma forma e é necessário proteger melhor as fronteiras externas da UE. Fazendo parte intrínseca do modelo de segurança interna europeia, relativo à segurança das fronteiras externas, o Frontex é uma agência europeia, pelo que não se percebe muito bem a ideia da “transferência para Portugal”.
- A 3ª parte do programa do CH é dedicada à segurança e defesa: “a Guerra voltou à Europa e (...) a nossa defesa tornou(-se) ainda mais indispensável. A defesa europeia é necessária, mas complementar à NATO, embora, refere-se, “a Europa tem de ser capaz de se defender por si própria, não podendo estar totalmente dependente dos Estados

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL não usa nenhuma vez no seu programa a palavra guerra. Dedicar dez linhas à questão das migrações e asilo e cinco à segurança. São elas: “Somos favoráveis ao investimento na maior autonomia estratégica da Europa na Segurança & Defesa, o que inclui o reforço do investimento no pilar europeu da NATO (2% PIB) com foco na interoperabilidade dos dispositivos, equipamentos e sistemas, na atualização tecnológica dos equipamentos e armamentos, na prioridade à cibersegurança e à informação. Defendemos o apoio incondicional da Ucrânia - “Putin não pode ganhar”. Talvez pela natureza liberal do partido, as questões geoestratégicas e as ameaças ao Ocidente, à Europa, à UE e aos seus cidadãos, estão ausentes do seu programa eleitoral para o Parlamento Europeu.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- A Europa tem de ser um lugar de paz, sublinha o BE, num programa em que a palavra guerra (ou guerras) é usada 10 vezes. A UE, na perspetiva do BE, deve ser um agente para a paz global, até porque a primeira aspiração dos povos da Europa continua a ser a paz e a segurança. As principais ameaças que a põem em risco prendem-se com a deriva causada pela extrema-direita e “o perigo de crescimento das forças da destruição dos direitos e da democracia” causado pela adoção das bandeiras radicais e a sua transformação “em política oficial das principais chancelarias”.
- Já no que concerne à situação geoestratégica, a UE, pretende o BE, está a ser destruída pelo belicismo ao não tomar uma posição clara no que qualifica como genocídio em Gaza. Essa incapacidade “degrada a capacidade da União de agir como mediador e construtor de paz em todos os conflitos, a começar pelo da Ucrânia”.
- Condena a agressão russa, defende que “paz na Ucrânia é paz na Europa” mas requer um roteiro para o fim da guerra. E salienta a importância da autonomia estratégica europeia “para garantir segurança e paz”. O que, não existindo, considera o BE, resulta da subordinação da UE à “política militarista dos EUA”. Uma cooperação europeia é essencial, “dirigida por estados soberanos e que não abdicam da sua própria política

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Em matéria de segurança e defesa, o programa da CDU é certamente o que mais se afasta da posição dos restantes partidos e coligações, pelo menos no que respeita à guerra na Ucrânia. Considerando a integração europeia como responsável pela amputação da soberania nacional, critica a “impetuosa e muito acelerada militarização da UE” ao assumir-se crescentemente como o pilar europeu da NATO, naquilo que classifica de “mais uma fuga para a frente no aprofundamento dos pilares neoliberal, federalista e militarista da UE” a pretexto da guerra na Ucrânia.
- Para a CDU, não é a UE que tem problemas de segurança e defesa, é ela que os provoca, através nomeadamente de uma “política externa de cariz intervencionista, assente na ingerência e na instigação de conflitos internacionais, com a generalização da política unilateral de sanções. Reduz-se ostensivamente o campo da diplomacia e do multilateralismo. Ao mesmo tempo que se alimenta a política de confrontação e de guerra, criam-se permanentemente obstáculos a uma solução pacífica dos conflitos internacionais”.
- No que respeita às políticas europeias, a CDU rejeita quase tudo: “Rejeição da «Política Europeia de Segurança e Defesa» e da «Política Externa de Segurança Comum», da «Cooperação Estruturada Permanente» de âmbito militar, da «Bússola Estratégica»,

4. POLÍTICA EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA: UMA PRIORIDADE DE SEMPRE, UMA URGÊNCIA RECENTE

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- compras conjuntas de material militar, criar uma comissão parlamentar autónoma e um Comissário para a segurança e defesa e um Conselho de Defesa e Segurança Europeu, lançar “defense bonds”, forças operacionais conjuntas de intervenção rápida e forças europeias integradas como pilar europeu da Nato, e várias medidas no âmbito da segurança interna, como o reforço da Europol, o desenvolvimento de estratégias para a cibersegurança e o reforço das fronteiras externas.
- Para poder falar com uma voz forte no cenário mundial, a UE deve assegurar a segurança, exógena e interna, dos seus países e cidadãos. A palavra guerra (e guerras) é usada seis vezes no programa.

CHEGA (CH)

Unidos e dos seus cálculos de interesse nacional”.

- O CH defende “o reforço das capacidades militares dos Estados-membros da EU a partir das suas indústrias da defesa” e apresenta um conjunto de cinco medidas-programa concretas: mais investimento na indústria de defesa europeia, sem esquecer as capacidades das empresas portuguesas deste setor, cooperação interativa reforçada entre os seus membros em matéria de defesa, o cumprimento do compromisso de afetar 2% do PIB à Defesa Nacional (sic), reforço do vínculo transatlântico e das capacidades da NATO, com o fim da dependência militar dos EUA e, finalmente, a modernização de equipamentos, apostando nas tecnologias digitais, inteligência artificial e robotização da guerra.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

de defesa”, que permitiria “a prontidão para respostas de legítima defesa”. Nesse sentido, num ponto relativo à “cooperação para a segurança” o BE considera que uma organização tipo OSCE, sem Rússia nem EUA, seria a solução para “coordenar a política de segurança, de adesão voluntária”. E, no final do programa, fica explícita a ideia da urgência de uma autonomia estratégica da Europa: “no tempo de todos os perigos, não há tempo a perder”.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

da intenção de criação de um denominado «Exército Europeu», da «Estratégia Industrial Europeia de Defesa», do «Programa Europeu para a Indústria de Defesa», da «Estrutura para o Programa Europeu de Armamento». Afasta-se literalmente de todos os outros partidos na apreciação da guerra na Ucrânia, cujo prolongamento considera ser o resultado da instigação dos países ocidentais, da UE, EUA e NATO. E inclui um conjunto alargado de propostas em matéria de cooperação internacional, sempre com base na “rejeição da militarização da UE, da sua transformação num bloco político-militar imperialista, complementar a esta aliança; defesa da dissolução dos blocos político-militares, desde logo da NATO”. E o sistema de segurança e cooperação na Europa deve basear-se, segundo a CDU, nos princípios da Ata Final da Conferência de Helsínquia. O programa usa 13 vezes a palavra paz e 11 vezes guerra.

5. A GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA EUROPA: POLÍTICAS ORÇAMENTAIS, DÍVIDA PÚBLICA E FINANÇAS

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- O PS compromete-se a acompanhar a aplicação das novas regras de governação económica, procurando garantir em particular o espaço de autonomia dos Estados-Membros para determinar as suas trajetórias de ajustamento.
- Defende a criação de um mecanismo permanente de resposta a crises, de natureza contra-cíclica, garantindo maior resiliência e preparação da União Europeia para enfrentar crises.
- O PS defende, ainda, a criação de uma capacidade orçamental própria da Zona Euro, com funções de estabilização face a choques e para apoiar reformas que promovam a convergência e a competitividade.
- No quadro das negociações do Quadro Financeiro Plurianual, o PS defende “uma nova geração de orçamentos comunitários”, com um maior leque de recursos próprios, nomeadamente taxas sobre transações financeiras e sobre as grandes plataformas digitais.
- O PS entende ainda ser importante criar um Fundo Europeu de Investimento para financiar a transição verde e digital.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- A AD sublinha o espaço de flexibilidade garantido pelas novas regras de governação económica e entende que deve ser potenciado para garantir uma trajetória sustentável de redução do défice orçamental e da dívida pública, tanto a nível europeu (com o necessário alargamento dos recursos próprios) como a nível nacional, assente numa lógica de solidariedade e justiça intergeracional.
- Defende uma capacidade orçamental para garantir os objetivos de coesão económica, social e territorial, para e instrumentos europeus para garantir investimento público de qualidade, para estabilização das economias face a situações de emergência e para o cumprimento dos objetivos da dupla transição verde e digital, em respeito ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- Rejeita liminarmente impostos europeus. Defende o alargamento dos recursos próprios da União assente no mecanismo de ajustamento de carbono nas fronteiras, no mercado de licenças de emissão de CO2 e nas taxas sobre os plásticos de utilização única.
- A AD defende a adoção do Programa SURE como instrumento permanente da União e a criação de mecanismos de estabilização automática, como um seguro-desemprego à escala europeia.

CHEGA (CH)

- O CH defende o princípio da subsidiariedade em matéria de política económica e orçamental e manifesta-se contra a recente reforma da governação económica. Entende, por outro lado, que estas políticas devem ser desenvolvidas ao nível nacional, com uma coordenação mínima ao nível dos governos nacionais.
- O CH defende o princípio da transparência e a publicidade devida de todos os procedimentos relativos à aplicação dos fundos europeus nos Estados-Membros.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL defende uma revisão dos procedimentos de atribuição de fundos de apoio ao desenvolvimento e coesão, focando os seus objetivos no combate às assimetrias regionais (com especial atenção às regiões ultraperiféricas) e concentrando a sua implementação em matéria de reformas institucionais.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- O BE faz uma avaliação negativa das regras de governação económica e da sua reforma recente. Assim, defende a revogação do Tratado Orçamental e das regras de governação económica.
- O BE defende ainda a alteração dos Estatutos do BCE e do seu mandato para colocar o Banco Central na dependência das instituições democráticas, nomeadamente do Parlamento Europeu. Neste contexto, defende a inclusão do pleno emprego como objetivo primário do BCE.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- A CDU defende a revogação do Tratado Orçamental, das regras de governação económica, do Semestre Europeu e do Pacto de Estabilidade, tal como o BE. Tal como o BE, defende uma alteração dos estatutos do BCE que acabe com a autonomia do Banco Central.
- A CDU rejeita mecanismos de condicionalidade na atribuição de fundos europeus.
- Defende, ainda, que o orçamento da UE deve ser financiado por contribuições nacionais, rejeitando novos recursos próprios.

5. A GOVERNAÇÃO ECONÓMICA DA EUROPA: POLÍTICAS ORÇAMENTAIS, DÍVIDA PÚBLICA E FINANÇAS

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Defende, tal como o PS, a aplicação de um regime de condicionalidade de atribuição dos fundos europeus, em matéria de respeito pelos valores da União Europeia, designadamente o Estado de Direito.

CHEGA (CH)

INICIATIVA LIBERAL (IL)

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

6. A TRANSIÇÃO VERDE: DA DEFESA DO AMBIENTE AO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- O PS defende os princípios do Pacto Ecológico Europeu e compromete-se a avançar na sua implementação, nomeadamente no que diz respeito ao Plano Industrial do Pacto, garantindo uma economia verde, circular e neutra em carbono.
- O PS faz uma avaliação positiva da iniciativa RePowerEU e defende a criação de uma iniciativa semelhante para os recursos hídricos na União, o ReWaterEU.
- O PS entende como fundamental garantir o acesso de todos os europeus a energia limpa, segura e económica, combatendo a pobreza energética.
- O PS entende ser essencial garantir que a transição verde é socialmente justa e compromete-se a acompanhar a aplicação do Fundo Social para a Ação Climática.
- Finalmente, o PS vai acompanhar a aplicação da lei relativa à indústria de impacto zero.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- A AD reafirma o seu compromisso com a transição ecológica, orgulhando-se da Lei Europeia do Clima e renovando o compromisso com o objetivo de neutralidade carbónica para 2050. Entende, contudo, que esta transição é também económica e que a adaptação das economias não pode ser acompanhada de empobrecimento. Para o efeito, defende a definição de metas intermédias ambiciosas para 2040 para melhorar e vincular os Estados aos compromissos assumidos.
- Em concreto, sobre os Oceanos, a AD defende que o Pacto Ecológico Europeu deve ser acompanhado de um Pacto Azul da UE, uma Estratégia Integrada de Gestão de Recursos Hídricos. Neste contexto, defende a adoção de uma Estratégia Europeia para os Oceanos e a criação e instalação em Portugal de um Centro Europeu de Combate à Poluição Marinha.
- A AD defende o princípio da liberdade tecnológica, como corolário da autonomia privada das empresas para escolherem os meios mais adequados para a sua transição ecológica. Ainda assim, a AD defende a neutralidade carbónica e a eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis.
- Defende o reforço da Estratégia Europeia de Combate aos Fogos Florestais.

CHEGA (CH)

- O CH faz uma avaliação negativa da aplicação do Pacto Ecológico Europeu, que considera prejudicar a soberania nacional, as liberdades individuais e a produção agrícola europeia, pelo que defende a sua revisão, “despolitizando” a legislação produzida neste contexto.
- O CH defende a soberania energética, a defesa do ambiente e o bem-estar animal.
- O CH defende ainda a revisão do mix energético da UE e entende que os Estados-Membros que optem pela produção de energia nuclear devem ser apoiados neste sentido.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL entende que a transição ecológica deve ser equilibrada com o imperativo da promoção da competitividade da Europa. Neste sentido, defende a neutralidade tecnológica na construção do Mercado Único da Energia que garanta acesso a energia verde, abundante e acessível.
- Defende o princípio da economia circular, designadamente com políticas mais ambiciosas em matéria de gestão de resíduos e reaproveitamento de recursos.
- Defende políticas de preservação da biodiversidade e ecossistemas, especialmente os recursos naturais ligados à água.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- O BE entende a causa climática como prioritária no seu programa político. Assim, entende que a generalidade das políticas devem ser construídas em torno da transição ecológica, referindo-se especificamente à política comercial, fiscal ou energética.
- No eixo “Descarbonizar”, o BE defende a reclassificação do gás e da energia nuclear como poluentes, a alteração do objetivo de neutralidade carbónica para 2040 e o fim dos subsídios à indústria fóssil e de elevado risco ambiental.
- O BE defende também os princípios da transição justa do ponto de vista social e defende o referendo local para decisão sobre atividades de extração, ao mesmo tempo que defende o fim da mineração em mar profundo. Defende, ainda, a proibição do transporte de animais vivos.
- O BE defende ainda que as preocupações ambientais devem ser cimeiras na negociação e celebração de acordos comerciais da UE.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- A CDU defende, como princípio geral da sua ação política nesta matéria, o combate à mercantilização da política ambiental. Assim, é contra o mercado de carbono, onde se integra o regime de licenças de emissões.
- A CDU defende a criação de um programa europeu de investimento na qualidade e sustentabilidade dos transportes públicos.
- Defende ainda o financiamento mínimo de 2% do Orçamento da UE ao Programa LIFE.
- A CDU defende a soberania nacional na definição da sua política ambiental e entende que as preocupações ambientais devem ser transversais a todas as iniciativas legislativas. Todavia, defende a criação de um Observatório Europeu da Seca.

6. A TRANSIÇÃO VERDE: DA DEFESA DO AMBIENTE AO COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- A AD defende igualmente os princípios da economia circular, designadamente em matéria de mercados de carbono, bem como o alargamento dos postos de carregamento elétrico na Europa e a adoção de transportes públicos ecologicamente mais sustentáveis.
- Defende, tal como o PS, a aplicação de um regime de condicionalidade de atribuição dos fundos europeus, em matéria de respeito pelos valores da União Europeia, designadamente o Estado de Direito.

CHEGA (CH)

INICIATIVA LIBERAL (IL)

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

7. CRISE DAS MIGRAÇÕES: QUE SOLUÇÕES PARA A EUROPA?

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Defende uma política de migração que respeite os direitos humanos e ofereça proteção adequada aos refugiados.
- Apoia a distribuição equitativa dos migrantes entre os países da UE.
- Promove a cooperação com os países de origem e trânsito para combater as causas da migração.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Defende uma política de migração controlada que assegure a segurança e a integração dos migrantes.
- Apoia medidas para reforçar as fronteiras externas da UE.
- Promove a cooperação com países terceiros para reduzir a pressão migratória.

CHEGA (CH)

- Propõe um controlo mais rigoroso das fronteiras.
- Defende a deportação de migrantes ilegais e a recusa de pedidos de asilo infundados.
- Apoia políticas de migração seletiva com base em critérios de integração cultural e económica.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- Apoia uma política de migração baseada em valores liberais, respeitando os direitos humanos.
- Defende a entrada legal e regulada de imigrantes.
- Promove a colaboração entre países europeus e de origem para gestão das migrações.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- Propõe a abolição dos centros de detenção de migrantes.
- Defende a criação de corredores humanitários seguros.
- Insiste na necessidade de garantir os direitos humanos e a dignidade dos migrantes.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Opõe-se às políticas de migração da UE que vê como imperialistas.
- Defende a soberania nacional na gestão das políticas de imigração.
- Apoia a integração dos migrantes com direitos iguais aos cidadãos nacionais.

8. O COMBATE AO TERRORISMO E AO CRIME ORGANIZADO

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Propõe a cooperação estreita entre os serviços de segurança dos países da UE.
- Defende o reforço dos mecanismos europeus de partilha de informação e inteligência.
- Apoia a criação de um quadro legal comum para combater o financiamento do terrorismo.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Propõe o fortalecimento da Europol e da Eurojust.
- Apoia a criação de um quadro europeu para a luta contra o crime organizado.
- Promove a cooperação transnacional e o intercâmbio de boas práticas.

CHEGA (CH)

- Propõe um aumento significativo no orçamento para segurança e defesa.
- Defende penas mais severas e um sistema judicial mais eficiente para crimes de terrorismo.
- Apoia a vigilância reforçada e a cooperação internacional no combate ao terrorismo.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- Apoia o investimento na cibersegurança e na modernização das forças de segurança.
- Defende a interoperabilidade entre os sistemas de defesa europeus.
- Promove a coordenação europeia na luta contra o crime organizado e o terrorismo

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- Insiste na necessidade de respeitar os direitos civis e liberdades na luta contra o terrorismo.
- Propõe uma abordagem que ataque as causas sociais e económicas do terrorismo.
- Rejeita a militarização e as respostas securitárias excessivas.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Critica as políticas de segurança da UE que considera uma violação das liberdades civis.
- Defende uma abordagem centrada na prevenção e na resolução pacífica dos conflitos.
- Apoia a cooperação internacional baseada no respeito mútuo e na soberania dos Estados.

9. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM: QUE REFORMA?

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- O PS entende que a Política Agrícola Comum não deve ser prejudicada em qualquer revisão do Quadro Financeiro Plurianual, tal como no caso da Política de Coesão.
- O PS defende um diálogo com os agentes económicos do setor para promover a transição ecológica do setor agrícola e garantir uma remuneração justa dos agricultores.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- A AD defende uma modernização e valorização da agricultura, pescas e silvicultura e, tal como o PS, defende uma remuneração justa dos agricultores, referindo-se à necessidade de atração de jovens profissionais para a área não só para a sua transição, mas também para a fixação de população em territórios de baixa densidade e para a garantia de maior autossuficiência alimentar e segurança alimentar.
- A AD defende a produção agrícola europeia por duas vidas: em primeiro lugar, com o aumento dos apoios à produção agrícola, desburocratização de procedimentos e promoção da formação profissional dos agricultores; em segundo lugar, com a limitação da importação de produtos que não cumprem com os mesmos requisitos de segurança alimentar, sustentabilidade, entre outros.
- Defende a potenciação dos direitos exclusivos, a moderação da obrigatoriedade de rotação anual de culturas e o alargamento nas áreas de “set aside”. Além disso, entende ser importante alargar as fontes de rendimento dos agricultores, nomeadamente através da utilização dos mercados de carbono.

CHEGA (CH)

- O CH manifesta-se contra qualquer corte na PAC, ainda que critique o atual desenho da Política Agrícola Comum, que se compromete e rever, de forma “intransigente”.
- O CH defende o maior afastamento da PAC das políticas de transição ecológica, naquilo que apelida ser a “subjugação do setor primário à agenda ecocêntrica”.
- O CH compromete-se a rever as regras de produção, que entende que prejudicam o rendimento dos agricultores; e a combater os acordos de comércio livre que permitem a importação de alimentos sujeitos a menos critérios que os produtos europeus.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- A IL defende uma revisão da PAC e da política de pescas e aproveitamento do potencial económico do mar. Depreende-se da lógica do manifesto eleitoral que as propostas serão realizadas na base da desburocratização, simplificação e liberalização.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- O BE entende a agricultura como um dos setores compreendidos na política de transição ecológica. Refere a necessidade de proteger a remuneração da agricultura sustentável e garantir a proteção dos agricultores afetados pela seca.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- A CDU faz uma avaliação negativa da PAC, que é umas políticas que aponta como “necessário romper”. Por isso, defende uma mudança profunda dos fundamentos da PAC, assente num conjunto de princípios que assentam na defesa da soberania nacional e especificidades regionais, por exemplo a aplicação do princípio da preferência nacional.
- A CDU defende a remuneração justa dos pequenos e médios agricultores e a determinação de preços a nível nacional.

10. A DEMOCRACIA EUROPEIA E O FUTURO DA UE DEPOIS DOS ALARGAMENTOS

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Defende o aprofundamento da integração política e económica da UE.
- Apoia reformas institucionais para tornar a UE mais democrática e eficiente.
- Promove o alargamento da UE com base em critérios rigorosos de adesão.

ALIANÇA DEMOCRÁTICA (AD)

- Propõe uma UE mais próxima dos cidadãos, com maior transparência e eficiência.
- Defende a subsidiariedade.
- Apoia o alargamento da UE com base em reformas que assegurem a sua governabilidade e coesão.

CHEGA (CH)

- Propõe a revisão dos tratados para devolver poderes aos Estados-Membros.
- Defende a reforma da UE para maior transparência e accountability.
- Apoia o alargamento da UE com base em critérios rigorosos e sem comprometer a identidade cultural dos Estados-Membros.

INICIATIVA LIBERAL (IL)

- Promove uma UE baseada nos princípios de liberdade, democracia e mercado livre.
- Defende reformas para aumentar a eficiência e a transparência das instituições europeias.
- Apoia o alargamento da UE desde que os países candidatos cumpram os critérios de Copenhaga e realizem as reformas necessárias.

BLOCO DE ESQUERDA (BE)

- Propõe uma democratização radical das instituições europeias.
- Defende a revisão dos tratados europeus para garantir maior transparência e participação cidadã.
- Rejeita o modelo neoliberal da UE e propõe alternativas baseadas na solidariedade e na justiça social.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU)

- Defende a soberania nacional e a reversão das políticas de integração europeia.
- Propõe a saída do Euro e a dissolução da União Económica e Monetária.
- Apoia a cooperação entre Estados em condições de igualdade, sem supranacionalidade.